



O CONTEXTO NEOLIBERAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

**Naira Larroyd Francisco
Emerson Tartari, Carla
Gonçalves Pereira Mattiola**

O presente resumo expandido tem por objetivo problematizar como o neoliberalismo impacta na consecução das políticas educacionais brasileiras, em especial, na política educacional do Ensino Médio, materializada pela Lei nº 13.415/17. Assim, elegemos como pergunta diretriz: como o neoliberalismo impactou na reforma do Ensino Médio e quais as possíveis consequências para a formação da juventude brasileira? Como escolha teórico-metodológica, adotamos o materialista histórico-dialético. A metodologia utilizada constituiu-se de análise documental e bibliográfica.

A educação, num contexto globalizado, tem sido constantemente “assediada” pelo capitalismo moderno, propagandeado pela vertente do pensamento neoliberal, cujo enredo que o move é a ideologia da gestão e da eficiência econômica, ostentada por um discurso de inovação e modernização da sociedade. Tem como certeza que “a instituição escolar é considerada de vital importância no desenvolvimento econômico das nações e na reconstrução dos mercados transnacionais” (Santomé, 2003, p. 27). No entanto, a escola no contexto neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (Laval, 2019, p.17).

Não diferente disso, o contexto educacional brasileiro também se torna vulnerável a tais mudanças, uma vez que, de acordo com Miranda (2020, p. 1), “o processo de neoliberalização no Brasil” foi iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente, com o documento ‘Educação: um tesouro a descobrir’, no qual, tendo como pano de fundo o ‘Relatório Jacques Delors’, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1996), explicita a



urgência da educação ao longo da vida para atender as necessidades de um mundo em constantes mudanças.

Apesar dos governos Lula e Dilma não terem adotado tão abertamente o ideal neoliberal, eles receberam apoio do “bloco de poder constituído por boa parte da burguesia interna e industrializada e suas alianças com outros setores” (Miranda, 2020, p. 2). A ascensão, em 2016, de Michel Temer à presidência, representou a volta ao poder de um bloco político caracterizado por defender projetos com interesses vinculados aos ideários neoliberais e neoconservadores (Peroni; Caetano; Valim, 2021), o que culmina em uma série de reformas e políticas públicas alinhadas a este pensamento.

A reforma do Ensino Médio, apresentada pela Medida Provisória nº 746/16 caracterizou a urgência em adequar a etapa do Ensino Médio aos ditames do capital e a agenda neoliberal, com a promulgação da Lei nº 13.415/17 no ano seguinte. Motta e Frigotto (2017) ressaltam que a reforma do Ensino Médio ocorreu sem a participação efetiva da sociedade e de instituições educacionais interessadas na defesa de uma escola pública de qualidade.

Como se não bastasse, outras medidas foram adotadas para dar sustentação à Lei nº 13.415/17, sendo que a principal delas foi a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018 e construída de forma antidemocrática, pautando-se em princípios neoliberais que repaginam concepções pedagógicas da década de 1990 (Giroto, 2019). Compreende-se que a organização curricular proposta pela BNCC enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é, desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho (Motta; Frigotto, 2017).

Os ideais neoliberais e neoconservadores seguem cada vez mais atuais e tendo por respaldo a atuação dos órgãos multilaterais, que, apesar de abrirem espaço para a



discussão de pautas mais atuais de demanda social, garantem que as engrenagens do sistema permaneçam intocadas (Olska; Shiroma, 2023).

Recebe destaque nessa reforma curricular o empreendedorismo, que representa uma estratégia ideológica promovida pelas classes dominantes e que visa naturalizar as desigualdades sociais (Peroni; Caetano; Valim, 2021). Em uma sociedade incapaz de absorver toda a mão-de-obra produzida, a qualificação profissional é imprescindível para a empregabilidade, o que faz com que seja cada vez mais enraizada a responsabilização ao próprio indivíduo, retirando das políticas públicas o seu papel de equalizador social. Com efeito, há um deslocamento da função social da escola, de propagadora do conhecimento científico, responsável pela formação do indivíduo em âmbito integral, para o mero desenvolvimento de competências e habilidades para a realização de trabalho simples.

As políticas educacionais recentes, se apresentam, segundo Hypólito (2015, p. 518), como aplicação “em contexto local de políticas globais, muitas vezes descontextualizadas”. Evidenciam clara intenção de homogeneização e universalização do processo educativo que articula políticas de avaliação, formação e trabalho docente. Tal movimento, segundo Silva (2018, p. 5), caracteriza-se por ser “a retomada de velhos e empoeirados discursos” que, repaginados, implicam diretamente na formação dos jovens, na mercantilização da educação e no controle do trabalho docente.

Consequentemente, os resultados desse movimento, considera que a reforma do Ensino Médio, atravessada pelo contexto das políticas neoliberais, conduz a um agravamento das desigualdades sociais, já agudas no cenário educacional. Dimensões secundarizadas, tais como, a infraestrutura escolar, acesso, permanência e condições de trabalho docente, contribuem para que a realidade educacional seja agravada pelas políticas excludentes, o que culmina na queda da qualidade da educação pública brasileira.

Concluimos que a luta pela redução das desigualdades e superação dos atrasos recorrentes nas políticas públicas, mesmo com certa intencionalidade de melhoria de



determinados governos, acabam sendo sucumbidas por vantagens políticas e econômicas. A conquista de uma educação de qualidade socialmente referenciada passa pela concepção de novas políticas de Estado que busquem romper com a lógica neoliberal e garantir o direito de todos os brasileiros e brasileiras a uma formação humana integral.

Palavras-chave: Ensino Médio; Reformas Curriculares; Contexto Neoliberal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. Educação & Sociedade, v. 32, p. 619-638, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zmF7QPkJ6yJB9wYpyHysNYD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GIROTTTO, E. D. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. Educação & Sociedade, Campinas, v.40, e0207906, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

HYPOLITO, A. M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. Cadernos CEDES, v. 35, p. 517-534, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015150376>. Acesso em: 29 set. 2023.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.



MIRANDA, M. G. de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 1–15, 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i1.62691. Acesso em: 21 mar. 2024.

MOTTA, V. C. DA; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 38, p. 355-372, 2017.

OLSKA, B.; SHIROMA, E. Uma destruição interessada: reflexões sobre conservadorismo no governo Bolsonaro. In: SHIROMA, Eneida Oto et al. *Crise do capital, conservadorismo e contrarreformas na educação brasileira (2016-2022)*. Pimenta Cultural, 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. V. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. *Jornal de Políticas Educacionais*. v. 15, ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/82294/44601>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOMÉ, J. T. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, v. 34, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130> . Acesso em: 30 set. 2023.